



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

Ao 01 dia do mês de julho de 2014, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

14h00

Audição das personalidades apresentadas pelo Governo para o cargo de Membro Nacional da Eurojust, nos termos da Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de construção da União Europeia (conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias)

14h00 - Sr. Dr. António Francisco de Araújo Lima Cluny, Procurador-Geral Adjunto;

14h30 - Sr.ª Dr.ª Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda, Procuradora-Geral Adjunta;

15h00 - Sr. Dr. Luís Manuel Cunha da Silva Pereira, Procurador da República.

PARTE II

15h45

Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, pós Conselho Europeu de 26-27 de junho de 2014

PARTE III

17h00

Audição do Embaixador de Itália para apresentação dos objetivos e prioridades da Presidência Italiana do Conselho da União

PARTE IV

1. Informações e outros assuntos;
2. Apreciação e votação do Parecer relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 e seleção das iniciativas a escrutinar pela Assembleia da República no decurso desse ano, bem como a Proposta de Projeto de Resolução sobre a mesma matéria.
3. Apreciação e votação do Parecer sobre o Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia-2013



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a eleições mais democráticas para o Parlamento Europeu - Relatório relativo à execução das recomendações da Comissão de 12 de março de 2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [COM(2014)196] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura

d) LIVRO VERDE - sobre a saúde móvel [COM(2014)219], objeto de Relatório da Comissão de Saúde

e) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 43/2014 no respeitante a certas possibilidades de pesca [COM(2014)195], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar

f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros (citação e notificação de atos) [COM(2013)858], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão n.º 1608/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às estatísticas em matéria de ciência e de tecnologia [COM(2014)211], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre a Política da Concorrência 2013 [COM(2014)249], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

6. Apreciação e votação da Ata n.º 167/XII relativa à reunião de 11 de junho de 2014.

PARTE I

14h00

Audição das personalidades apresentadas pelo Governo para o cargo de Membro Nacional da Eurojust, nos termos da Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronuncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de construção da União Europeia (conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias)

As audições decorreram conjuntamente com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, tendo sido integralmente gravadas em suporte áudio e vídeo encontrando-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede

14h00 - Sr. Dr. António Francisco de Araújo Lima Cluny, Procurador-Geral Adjunto;

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), deu início à audição, fazendo um breve enquadramento do procedimento de designação por parte do Governo de personalidades para cargos da União Europeia, no âmbito do artigo 7.º-A.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e saudando a presença da 1.ª Comissão nesta audição. De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão (PSD), que saudou todos os Srs. Deputados e, em especial, o



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

Senhor Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Cluny, efetuando uma breve apresentação do seu *curriculum vitae*.

De seguida tomou a palavra o Dr. António Cluny, que fez uma exposição inicial, salientando vários aspetos do seu *curriculum vitae* e aludindo a alguns desafios, que no seu entender, se colocam à cooperação em matéria de investigação criminal.

De seguida intervieram os seguintes Senhores Deputados:

- Deputado Jorge Lacão (PS) começou por criticar a alteração legislativa à Lei da designação do membro nacional da Eurojust e considerar existir um certo “embarço institucional” pela realização desta audição, tendo depois colocado questões relacionadas com a evolução do Direito Penal Europeu, com o aumento das competências da Eurojust e com a criação do Procurador-Geral Europeu;
- Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) solicitou a opinião do candidato sobre o balanço da atividade da Eurojust desde a sua criação, sobre a criação da Procuradoria Europeia e sobre qual deveria ser a relação entre a Procuradoria Europeia e a Eurojust;
- Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) começou por considerar que esta audição tem plena dignidade institucional e, de seguida, solicitou comentários sobre a evolução da Eurojust e das prioridades que devem estar subjacentes à atividade da Eurojust e que crimes devem ser prioritariamente investigados por esta estrutura;
- Deputado António Filipe (PCP) começou por referir que o PCP também discordou da alteração à legislação que regula a designação do membro nacional da Eurojust e, de seguida, aludiu à colaboração institucional entre o membro nacional da Eurojust e o Parlamento português, questionando o candidato se não consideraria útil estabelecer uma relação regular.

O candidato respondeu às questões colocadas e teceu alguns comentários sobre a Eurojust, designadamente, abordou os seguintes temas: a evolução do Direito penal substantivo em direção a uma tipificação de crimes a nível europeu, a necessidade de definição de um conjunto de regras processuais transversais, a reflexão sobre os



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

estatutos nacionais dos magistrados do ministério público no quadro da cooperação europeia, o Procurador-Geral Europeu como cargo unipessoal assente no princípio da legalidade, a responsabilidade pelos arquivamentos, a relação entre a Eurojust e a OLAF.

Antes de terminar a audição, Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença do Dr. António Cluny.

**14h30 - Sra. Dra. Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda,
Procuradora-Geral Adjunta;**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu início à audição, cumprimentando a Senhora Procuradora-Geral Adjunta, Dra. Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda. O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias efetuou uma breve apresentação do *curriculum vitae* da candidata e sublinhou que o mesmo dá uma visão da sua capacidade e experiência no âmbito do Direito Penal e da cooperação judicial internacional.

De seguida tomou a palavra a Dra. Maria Helena Fazenda, que fez uma exposição inicial, salientando alguns aspetos do seu *curriculum vitae*, mas detendo-se especialmente sobre aspetos da cooperação judiciária em matéria penal e da evolução da Eurojust. Sublinhou a importância da relação dos Membros nacionais com os Estados-Membros e a importância da Eurojust como facilitadora da interligação entre diferentes níveis de investigação. Aludiu ainda à importância de conjugar a Eurojust com a Europol, com a OLAF e com a futura Procuradoria Europeia e garantir a partilha de informação, sem que tal implique uma sobrecarga “burocrática” para quem lidera a investigação criminal.

De seguida intervieram os seguintes Senhores Deputados:

- Deputado Jorge Lacão (PS) começou por questionar se a candidata achava que a audição poderia influenciar a decisão do Governo e, de seguida, solicitou



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

a sua opinião sobre a evolução do Direito Penal europeu, em termos substantivos e adjetivos e que competências deveriam ser atribuídas à Procuradoria Europeia;

- Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) começou por realçar a qualidade do curriculum vitae da candidata e, seguidamente, perguntou que aspetos da Eurojust a candidata considerava que poderiam ser melhorados, como deveria ser efetuada a compatibilização entre a Procuradoria Europeia e a Eurojust e quais os principais desafios para o próximo membro nacional da Eurojust;
- Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) aludiu à evolução da Eurojust e da cooperação judicial em matéria penal, solicitando a opinião da candidata sobre a evolução desta estrutura e a coexistência com outras estruturas;
- Deputada Paula Baptista (PCP) começou por referir que o curriculum vitae da candidata é irrepreensível e, de seguida, aludiu à colaboração institucional entre o membro nacional da Eurojust e o Parlamento português, questionando a candidata se não consideraria útil estabelecer uma relação regular.

A candidata respondeu às questões colocadas, tendo aludido, designadamente, aos seguintes temas: competências da futura Procuradoria Europeia serão essencialmente as que constam na Convenção PIF (Proteção dos interesses financeiros da União); sucesso da investigação criminal transfronteiriça em matérias de crimes financeiros não pode ser medido pela mera condenação, mas sim pela descoberta do dinheiro; modelo da Procuradoria Europeia considerou positiva a opção colegial, mas salientou que era necessário garantir flexibilidade que acautele as diferenças das estruturas de investigação e cada Estado-Membro; importante que o membro nacional da Eurojust mantenha relação com o Parlamento; Europol e Eurojust articulam-se quotidianamente; alertou que sem partilha de informação criminal não existe investigação; considerou que não se podem duplicar sistemas, temos de racionalizar aspetos e que um dos principais desafios para o próximo membro nacional da Eurojust será a simplificação dos procedimentos de partilha de informações.

Antes de terminar a audição, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença da Dra. Maria Helena Fazenda.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

15h00 - Sr. Dr. Luís Manuel Cunha da Silva Pereira, Procurador da República.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu início à audição, cumprimentando o Senhor Procurador-Geral, Dr. Luís Manuel Cunha da Silva Pereira. O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias efetuou uma breve apresentação do *curriculum vitae* do candidato, realçando alguns aspetos.

De seguida tomou a palavra o Dr. Luís Silva Pereira, que fez uma exposição inicial, salientando alguns aspetos do seu *curriculum vitae*, mas analisando transversalmente a problemática da cooperação judiciária internacional em matéria penal, com especial foco para a cooperação ao nível europeu e para os instrumentos disponíveis.

De seguida intervieram os seguintes Senhores Deputados:

- Deputado Jorge Lacão (PS) começou por questionar se o candidato considerava que a audição poderia influenciar a decisão do Governo e, de seguida, solicitou a sua opinião sobre a evolução do Direito Penal europeu, em especial, sobre a tipificação de crimes ao nível europeu e sobre a futura Procuradoria Europeia;
- Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) solicitou a opinião do candidato sobre o balanço da atividade da Eurojust desde a sua criação, sobre a criação da Procuradoria Europeia e sobre a relação do membro nacional da Eurojust com o Parlamento português;
- Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) aludiu à evolução da Eurojust e da cooperação judicial em matéria penal, solicitando a opinião do candidato sobre a evolução da cooperação judiciária em matéria penal;
- Deputada Paula Baptista (PCP) aludiu à colaboração institucional entre o membro nacional da Eurojust e o Parlamento português, questionando o candidato se não consideraria útil estabelecer uma relação regular.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

O candidato respondeu às questões colocadas, tendo aludido, designadamente, aos seguintes temas: interesses financeiros da União; limitação das competências da Eurojust; aprofundamento da cooperação judiciária; prioridades para o membro nacional da Eurojust ao nível da melhoria da forma de atuação da própria Eurojust; articulação entre a Procuradoria Europeia e a Eurojust; instrumentos legais para garantir a eficácia destas estruturas; importância do relacionamento com o Parlamento português, também ao nível da produção legislativa.

Antes de terminar a audição, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença do Dr. Luís Silva Pereira e informou que seria dada conta ao Governo da ocorrência destas audições nos termos legais aplicáveis. Agradeceu ainda a presença do Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, bem como dos Deputados de ambas as comissões.

PARTE II

15h45

Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, pós Conselho Europeu de 26 e 27 de junho de 2014

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição no âmbito da apreciação das conclusões do Conselho Europeu de 26 e 27 de junho de 2014.

A audição foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus tomou a palavra para uma intervenção inicial, que se centrou nos seguintes temas: situação na Ucrânia; o papel do Frontex no quadro do Espaço de Segurança e Justiça; o Semestre Europeu; Clima e Energia; Próximo ciclo institucional. De seguida, abordou a agenda estratégica da



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

União Europeia, que deverá nortear os próximos cinco anos, destacando as prioridades nela previstas: (i.) União de emprego, crescimento e competitividade; (ii.) União que capacita e protege todos os cidadãos; (iii.) União de Energia; (iv.) União de Liberdade, Segurança e Justiça; (v.) União como forte ator mundial.

De seguida, tomaram a palavra, para uma primeira ronda de intervenções, os Srs. Deputados António Rodrigues (PSD), Vitalino Canas (PS), José Ribeiro e Castro (CDS-PP) e Paula Baptista (PCP), tendo o Sr. Secretário de Estado respondido, individualmente, às questões colocadas. Neste período abordaram-se, designadamente, os seguintes temas: temas abordados no Conselho Europeu como resposta aos resultados das eleições europeias; Parceria transatlântica para o comércio e investimento (TTIP); posição do Reino Unido no Conselho Europeu; designação dos outros cargos; importância da referência nas conclusões do equilíbrio entre a disciplina orçamental e o crescimento; acordos de associação com a Geórgia e com a Moldávia; os números elevados do desemprego na União Europeia; Mercado de Serviços como prioritário; relações com a Rússia; Programa “Porto Seguro”; Papel do Estado e do investimento público; Condições de Trabalho e custo do trabalho na União; Imigração.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Costa Neves (PSD) e Vitalino Canas (PS), tendo o Sr. Secretário de Estado respondido, em bloco, às duas intervenções, que aprofundaram temas já anteriormente abordados e aludiram ainda à revisão da Estratégia Europa 2020, ao mecanismo de apoio às reformas do Estado, à implementação da União Bancária.

O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD) agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e deu por concluída a audição.

PARTE III

17h00



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

Audição do Embaixador de Itália para apresentação dos objetivos e prioridades da Presidência Italiana do Conselho da União

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), começou por dar as boas vindas ao Senhor Embaixador de Itália em Lisboa, Renato Varriale, e aos membros da Embaixada que o acompanhavam e deu nota de que a Assembleia da República, através da Comissão de Assuntos Europeus, realizava habitualmente, no início de cada Presidência rotativa do Conselho da União Europeia, uma audição ao Embaixador, em Lisboa, do Estado-Membro que exerce essa Presidência, para apresentação e debate dos respetivos objetivos e prioridades. Considerando que a República da Itália assumiria, com início nesse mesmo dia, a referida Presidência, deu a palavra ao Senhor Embaixador, para efeito de intervenção inicial.

O Senhor Embaixador de Itália, no uso da palavra, apresentando os objetivos e prioridades da Presidência Italiana do Conselho da União começou por referir as três prioridades essenciais: contribuir para o crescimento da economia, através do combate ao desemprego e ao desemprego jovem; para a consolidação da Europa através dos direitos, liberdades e garantias; e para a confirmação do papel da Europa, no mundo.

Pronunciou-se sobre a crescimento sistemática e sustentável da economia, a primeira prioridade eleita correspondia ao combate ao desemprego e ao desemprego jovem, através da implementação do programa *e-youth employment*. Mencionou ainda, os trabalhos para o progresso da União Monetária Europeia, rumo a uma união fiscal; o início de um novo ciclo legislativo focado no mercado único, Internet e agenda digital (*Digital Venice*, em 8 e 9 de julho); e a estratégia política para as alterações climáticas.

No domínio da prioridade relativa à democracia, direitos e liberdades, valores reputados como fundamentais para o futuro da União Europeia, seria promovida uma ampla reflexão no quadro do desenvolvimento institucional com realce para a defesa da Europa dos cidadãos, menos invasiva e apresentando melhores soluções a serem encaradas pelos Estados-Membros, a nível regional e local; o papel da União no



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

Mediterrâneo e as migrações e o entendimento de que não pode ser deixado sozinho, apelando ao princípio de solidariedade, sobretudo em matéria de imigração e asilo; a gestão integrada das fronteiras externas, a Justiça e a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais.

Na área do Serviço Europeu de Ação Externa o objetivo é o reforço do empenho na política de alargamento para promover paz e segurança na Europa. Nesse sentido, a manifestação de satisfação pela assinatura dos Acordos de Parceria e livre comércio entre a união Europeia e a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia, realizada em 27 de junho passado; o reforço para a união do Mediterrâneo e os novos programas de cooperação; e a importância dos processos de paz na Síria, Líbia e Israel.

Outra das vertentes que mereceu atenção pela Presidência italiana, disse o orador, relaciona-se com o apoio à unidade territorial da Ucrânia e os esforços da União Europeia para o reforço do setor da energia; a Rússia como fator importante, neste domínio, desde que o contexto político de referência o permita.

Focando a área do comércio e dos investimentos estrangeiros defendia-se a continuação da “Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento”, com vista a alcançar um acordo abrangente e equilibrado. Distinguiu, ainda, os acordos com o Japão e o Canadá e, no quadro da Estratégia Europa 2020, o plano de ação da região do Adriático e região alpina.

De seguida, intervieram os Senhores Deputados Vitalino Canas (PS), António Rodrigues (PSD), José Ribeiro e Castro (CDS-PP), Paula Baptista (PCP) e Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD), tendo o Senhor Embaixador respondido, em conjunto, às questões apresentadas.

A final, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu a disponibilidade do Senhor Embaixador de Itália e demais membros da Embaixada presentes e reiterou a importância desta audição, num momento em que a Presidência italiana do Conselho da União tinha início nesse mesmo dia.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus.

PARTE IV

1. Informações e outros assuntos;

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), iniciou a reunião, abordando os seguintes assuntos:

- O Parlamento dos Países Baixos tinha enviado uma carta à Comissão Europeia, convidando a uma reflexão sobre o mecanismo de controlo da subsidiariedade, em particular no que se refere ao cartão amarelo, e questionando se as experiências registadas neste âmbito justificavam uma clarificação adicional ou um aprofundamento dos mecanismos políticos em vigor, desde 2009.
- Sobre a carta enviada pelo Parlamento dinamarquês ao futuro Presidente da Comissão Europeia sobre o papel dos Parlamentos nacionais, o ponto de situação era o seguinte:

Todos os Grupos Parlamentares tinham respondido afirmativamente, à exceção do BE, que não tinha dado resposta. Em consequência, a posição da Assembleia da República tinha já sido transmitida ao Parlamento dinamarquês.

Tinham subscrito a carta 29 Câmaras Parlamentares de 22 Estados-Membros (Danish Parliament; Netherlands House of Representatives; Swedish Parliament; UK House of Lords ; UK House of Commons; Irish Oireachtas; Hungarian National Assembly; Sejm of the Republic of Poland; Senate of the Republic of Poland; Lithuanian Seimas; Romanian Chamber of Deputies; Romanian Senate; Czech Senate; Czech Chamber of Deputies; Austrian National Council; Austrian Federal Council; Latvian Saeima; Slovenian National Assembly; Slovenian National Council; Croatian Parliament; Cypriot House of Representatives; French National Assembly; French Senate; Parliament of Slovakia; Assembly of the Republic of Portugal; House of Representatives of Malta; Finish Eduskunta; German Bundestag e Chambre des Députés of Luxembourg)

A mencionada carta tinha sido enviada a 30 de junho de 2014 ao Presidente da Comissão Europeia, proposto pelo Conselho Europeu, Senhor Jean-Claude Juncker.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

- Sobre o encontro com o Embaixador da República da Albânia em Portugal, em 19 de junho, informou que a respetiva síntese tinha sido distribuída aos Senhores Deputados, nela dando conta da visita a Portugal do Presidente do Parlamento albanês, Lir META, de 7 a 9 de julho próximo.

Mais informou que o Conselho Assuntos Gerais de 24 de junho tinha deliberado propor ao Conselho Europeu a atribuição do Estatuto de País Candidato à Albânia.

- Tinha sido recebida uma carta, informando que a Assembleia Nacional francesa (Comissão de Assuntos Europeus e Comissão de Assuntos Legislativos) ia organizar reunião informal sobre a Procuradoria Europeia e a proteção de dados, no dia 17 de setembro de 2014.

A participação, aberta a 2 deputados por Câmara Parlamentar, tinha já merecido da parte da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias a indicação do Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD).

Considerando que nestas reuniões participam Senhores Deputados que representam a maioria e a oposição, propõe-se que, considerando que a 1.ª Comissão tinha indicado um Deputado do PSD, a CAE pudesse indicar um Deputado da oposição, que neste caso caberia ao BE (de acordo com o Método d'Hondt).

Neste ponto, interveio o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS), considerando ter dúvidas sobre a aplicação do Método d'Hondt, em matéria de metodologia de designação de Deputados da CAE para participação nas delegações da Assembleia da República às reuniões e conferências interparlamentares. Esclareceu que não se referia expressamente a esta reunião, mas para futuro, pelo que solicitou a realização de um debate sobre o assunto, em sede de Comissão.

Não existindo oposição, o Sr. Presidente da Comissão ficou de agendar proximamente este debate.

- Sobre a carta enviada pela *House of Lords* ao respetivo Governo, e que tinha sido reencaminhada, para conhecimento, aos restantes Parlamentos nacionais, o Senhor Presidente prestou as seguintes informações:

A carta, distribuída a 26 de junho aos Senhores Deputados da CAE, dizia respeito - no âmbito das relações entre o Parlamento e o Governo no processo de escrutínio britânico - à troca de correspondência usual, sobre a Proposta de Diretiva relativa à proteção de *know-how* e informações comerciais confidenciais (segredos comerciais) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

A *House of Lords* suscitava dúvidas junto do respetivo Governo sobre as informações inicialmente prestadas pelo Governo sobre a calendarização dos trabalhos ao nível do processo decisório europeu e lamentava que a aceleração do processo legislativo europeu não tivesse em consideração o necessário tempo para um correto escrutínio parlamentar.

- Sobre a visita de uma delegação da CAE da Câmara Baixa do Parlamento dos Países Baixos, no dia 8 de julho de 2014, devido ao agendamento do debate de urgência requerido pelo Grupo Parlamentar do BE, o encontro com a CAE, inicialmente previsto para as 10h00, tinha sido alterado para as 15h00 (até às 16h30).

Considerando o interesse demonstrado pela delegação holandesa, a Mesa e Coordenadores da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública juntar-se-iam à audição; teria lugar um almoço com a presença dos membros da Mesa e os Coordenadores da CAE e a mencionada delegação.

- As próximas reuniões da CAE teriam lugar no dia 8 de julho, às 15h00 com a delegação holandesa e às 16h30, a reunião ordinária; e no dia 15 de julho, às 16h00, ocorreria a última reunião antes de agosto, para conclusão dos processos de escrutínio europeu pendentes.

2. Apreciação e votação do Parecer relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 e seleção das iniciativas a escrutinar pela Assembleia da República no decurso desse ano, bem como a Proposta de Projeto de Resolução sobre a mesma matéria.

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

3. Apreciação e votação do Parecer sobre o Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia-2013

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS)

No início da sua intervenção, o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS), Autor do Parecer, considerou que devia ser realizado um debate mais aprofundado dedicado à matéria em apreciação, e ser dirigida carta ao Governo, salientando a necessidade de, no futuro, ser elaborado um relatório menos burocrático, sem conter a característica de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

mero repositório. Chamou a atenção para o facto de se tratar da apreciação do Parecer e do respetivo Projeto de Resolução.

Em seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) para concordar com a intervenção anterior e considerar que se estava em presença de uma rotina que deveria ser alterada. Este debate serviria para introduzir mudanças, na prática, e que o Relatório sobre Portugal na União Europeia deveria prever um discurso de um membro do Governo, focando 4 ou 5 tópicos, seguido de debate.

Interveio o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) para referir que a apresentação deste Relatório resultava do consagrado na Constituição da República Portuguesa e na legislação relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, prevendo-se a realização de um debate político no Parlamento. Considerava útil o denominado repositório, embora devesse ser considerado como anexo, tendo em conta a necessidade de ser efetuada uma mais aprofundada avaliação política. Manifestava o seu acordo com as propostas apresentadas e dizia que, em qualquer altura – antes da apresentação do próximo Relatório – podia ser tomada uma medida nesse sentido.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) usou da palavra para considerar que a obrigação do Governo estava cumprida, cabendo à Assembleia da República a responsabilidade em matéria de realização de debate sobre o assunto, prevista na atual legislação, como já acontecera anteriormente. Era responsabilidade da Assembleia da República não ter sido efetuado o debate, em tempo oportuno. Entendia que não era o relatório que estava errado, que nesta Legislatura tinha sido introduzida a questão europeia e que o Plenário, no momento, não estava preparado para a debater.

De seguida, interveio o Senhor Deputado João Lobo (PSD) para referir que tinha sido o Autor do relatório produzido pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, tendo-se apercebido de que, embora o extenso documento fosse descritivo, continha dados factuais que contribuíam para a avaliação política,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

apesar de não incluir elementos sobre o número de iniciativas transpostas, por exemplo.

O Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) interveio para considerar que a ideia de o Relatório do Governo constituir um anuário era importante mas insuficiente. Lamentava que o debate não tivesse tido lugar no Plenário, incluindo objetivos que conduzissem a uma discussão mais aprofundada.

O Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) interveio para concordar com o proferido pelo Senhor Deputado João Lobo (PSD); que tinha sido o relator no âmbito da Comissão de Economia e Obras Públicas; e considerar que deveriam ser realizados debates sobre a área europeia, sectorialmente.

O Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) tomou a palavra para considerar que as intervenções anteriormente efetuadas constituíam matéria de reflexão, neste domínio. Relativamente aos debates sobre os Programas das Presidências do Conselho e sobre o Relatório referente a Portugal na União Europeia referiu que o tempo atribuído pela Conferência de Líderes vinha diminuindo. Deveria, ainda, ter lugar um debate sobre a matéria em apreciação, até ao encerramento dos trabalhos, nesta Sessão Legislativa.

Em relação ao Projeto de Resolução, o Senhor Presidente da Comissão deu conta das seguintes propostas de alteração apresentadas pelo CDS-PP ao ponto 2 e à introdução de um novo ponto 3:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º /XII/3.ª

Apreciação do Relatório sobre Portugal na União Europeia 2013

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, no âmbito da apreciação da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia durante o ano de 2013, o seguinte:

1- ...

2- Reafirmar o entendimento de que o relatório do Governo acima citado **sem**



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

prejuízo dos pertinentes dados factuais, deverá ter uma componente essencialmente política, que traduza as linhas de orientação estratégica das ações relatadas.

3- Reputar indispensável que não deixe de realizar-se o debate em sessão plenária previsto no art.º 4.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, incluindo a discussão e aprovação do relatório acima citado.

4- ...

Assembleia da República, 8 de julho de 2014

O Presidente da Comissão
(Paulo Mota Pinto)

Em seguida, o Senhor Presidente, em resultado do consenso obtido, informou que o assunto era adiado para a reunião seguinte da Comissão, a ter lugar no dia 8 de julho.

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

O Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) que referiu que, em relação à proposta de alteração - relativa ao ponto 3 da Parte III do Parecer inicial - apresentada em reunião anterior pelo Senhor Deputado Alberto Costa (PS) e depois retirada, retomava-a e propunha acrescentar uma frase à mesma, ficando assim com o seguinte teor:

“Em consequência, apoia-se a revisão do programa “Porto Seguro”, a fim de tornar mais eficazes as garantias de proteção dos dados de cidadãos europeus



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

e tomando em consideração as preocupações e motivações subjacentes à recomendação de suspensão adotada pelo Parlamento Europeu;”.

Considerava que, dessa forma, criava-se uma salvaguarda e não se suspendia o sistema.

O Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) interveio, em seguida, para dizer que a redação proposta correspondendo melhor às várias questões abordadas ao longo do debate sobre a matéria, merecia a concordância dos seu grupo parlamentar.

O Senhor Deputado Vitalino Canas pronunciou-se favoravelmente, em relação ao texto inicial, do Parecer apresentado pela Senhora Deputada Catarina Martins (BE).

Submetido a votação, em separado, pelo Senhor Presidente da Comissão, sobre a parte III - Parecer recaiu o seguinte resultado:

Pontos 1, 2 e 4: aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE;

Ponto 3: com inclusão da redação da proposta de alteração apresentada pelo CDS-PP - aprovado com os votos a favor do PSD e CDS-PP e os votos contra do PS e PCP, registando-se a ausência do BE.

Face ao resultado, o Senhor Presidente referiu que a CAE assumia o Parecer.

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a eleições mais democráticas para o Parlamento Europeu - Relatório relativo à execução das recomendações da Comissão de 12 de março de 2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [COM(2014)196] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD), após o que interveio a Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) que referenciou o facto de o PCP não estar inscrito em qualquer partido político europeu e sobre os boletins de voto, existir, em Portugal, suficiente legislação atinente ao processo de candidatura dos partidos políticos. Pelo exposto, considerou não se rever na posição expressa no Parecer apresentado.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, o voto contra do PCP, registando-se a ausência do BE.

- c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura**
Deputado Autor do Parecer: Jacinto Serrão (PS)

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

- d) LIVRO VERDE - sobre a saúde móvel [COM(2014)219], objeto de Relatório da Comissão de Saúde**
Deputada Autor do Parecer: Catarina Martins (BE)

A pedido da Senhora Deputada Autora do Parecer, o parecer foi apresentado pelo Senhor Presidente da Comissão.

Em seguida, interveio a Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) que considerou que para o seu grupo parlamentar existia uma preocupação com a redução dos custos dos cuidados de saúde. A abertura constante na iniciativa em apreciação contribuía para a diminuição do contacto do médico com o doente e não se garantia que não se tratasse de uma substituição de recursos humanos, na área da saúde.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

Submetido a votação o Parecer foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

e) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 43/2014 no respeitante a certas possibilidades de pesca [COM(2014)195], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Autor do Parecer: Rui Barreto (CDS-PP)

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros (citação e notificação de atos) [COM(2013)858], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Alberto Costa (PS)

Tendo sido submetido a votação o Parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

g) Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a situação do mercado do transporte rodoviário na União Europeia [COM(2014)222], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

Apresentado o Parecer pelo Senhor Presidente, a pedido da deputada Autora do Parecer, foi em seguida, submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão n.º 1608/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às estatísticas em matéria de ciência e de tecnologia [COM(2014)211], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Senhora Deputada Paula Gonçalves.

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre a Política da Concorrência 2013 [COM(2014)249], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Carlos São Martinho.

6. Apreciação e votação da Ata n.º 167/XII relativa à reunião de 11 de junho de 2014.

Submetida a votação, a Ata n.º 167/XII relativa à reunião de 11 de junho de 2014 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A reunião foi encerrada às 20:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.^a SL

Palácio de São Bento, 08 julho 2014.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 170/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Cardoso
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Jacinto Serrão
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paula Baptista
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Ivo Oliveira
Lídia Bulcão
Nuno Reis

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos São Martinho
Catarina Martins
Rui Barreto